



**ACÓRDÃO Nº 795/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11689/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Envira.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Ivon Rates da Silva (Ordenador de Despesas)
- 6- **Advogado:** Simone Rosado Maia Mendes – OAB/AM nº A666, OAB/PI nº 4550 e Brenda de Jesus Montenegro - OAB/AM nº 12.868
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6159/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Envira. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Determinação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Ivon Rates da Silva**, responsável pela Prefeitura de Envira, referente ao exercício financeiro de 2015, nos termos do art. 1º, II e art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 5º, II, da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Ivon Rates da Silva** no valor de **R\$ 1.706,80**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devido à restrição não sanada abaixo relacionada:
  - Restrição 16: Pelo descumprimento do prazo de envio de remessas ao Sistema GEFIS referente ao 4º e 6º bimestres/15 do RREO, nos termos do art. 308, I, b da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE



**ACÓRDÃO Nº 795/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Ivon Rates da Silva** no valor de **R\$ 1.706,80**, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devido à restrição não sanada abaixo relacionada:

Restrição 19: Pelo atraso no envio da remessa referente ao 2º semestre de 2015, nos termos do art. 308, I, c da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Ivon Rates da Silva** no valor de **R\$ 2.500,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devido às restrições não sanadas abaixo relacionadas:

Restrição 23 e 24: Quanto às dispensas e inexigibilidade de licitação para locação de imóveis e Licitações, nos termos do art. 308, VII da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo

- 10.5. Recomendar ao Sr. Ivon Rates da Silva** que:



**ACÓRDÃO Nº 795/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.5.1.** Recomendação para que o Poder Executivo de Envira somente mantenha em Caixa os valores relativos a pagamentos específicos e com vencimento próximo com base em levantamento de despesas vincendas no mês de Janeiro do exercício seguinte;
- 10.5.2.** Recomendação à Prefeitura de Envira que mantenha acompanhamento concomitante aos processos de contas e/ou judiciais que possam gerar liquidez e exigibilidade de dívidas perante os cofres públicos municipais;
- 10.5.3.** Recomendação para o Poder Executivo de Envira manter o acompanhamento concomitante das ações judiciais de execução ajuizadas por servidores e promova o pagamento tão logo a exigibilidade seja esgotada, evitando atualizações monetárias desnecessárias, resguardando assim os recursos públicos;
- 10.5.4.** Recomendação para maior publicidade aos critérios de escolha dos beneficiados pelas bolsas de estudo em universidades privadas na capital do Estado a fim de evidenciar a impessoalidade nessa definição;
- 10.5.5.** Recomendar à Prefeitura de Envira atenda aos requisitos da legislação no que tange ao piso nacional do magistério (Lei Federal nº 11.738/08) em forma de vencimentos, para incorporação aos rendimentos no momento da aposentadoria dos professores do município;
- 10.6. Determinar a Prefeitura de Envira:**
- 10.6.1.** Atualize o inventário de materiais de consumo e aplique imediatamente a gestão desses materiais por secretaria municipal com vistas a permitir a correta aplicação e controle de consumo, demonstrando atendimento ao princípio da eficiência e boa aplicação de recursos públicos;
- 10.6.2.** Atualize o inventário de bens móveis e imóveis e aplique imediatamente a gestão desses materiais por secretaria municipal com vistas a permitir a correta aplicação e controle de utilização, demonstrando atendimento ao princípio da eficiência e boa aplicação de recursos públicos;
- 10.6.3.** Elabore orçamentos prévios anuais por Secretaria Municipal que permita identificar os critérios de divisão de valores indicados no orçamento anual de forma objetiva e evidenciando o planejamento na gestão de recursos públicos;
- 10.6.4.** Identifique os recursos a serem arrecadados com IPTU nos orçamentos anuais posteriores e seu concomitante acompanhamento desses recursos;



**ACÓRDÃO Nº 795/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.7. Dar ciência** ao **Sr. Ivon Rates da Silva** e aos demais interessados da Decisão;

**10.8. Arquivar** o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

**11- Ata:** 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 20 de Agosto de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral